

O esforço de Sarney

O presidente José Sarney está adotando providências de grande importância para a restauração da moralidade pública e melhoria da eficiência administrativa. Apesar das indecisões, que o tem prejudicado, vai conseguindo apertar o parafuso. Sem estardalhaço, mas de maneira constante. Este parece ser o estilo do Presidente, que continua trabalhando cerca de dez horas por dia, enquanto alguns ministros já entraram na semana brasileira, que começa nas terças e termina na manhã das sextas.

O seu exemplo de austeridade deveria influenciar a todos, o que não está acontecendo. O ideal seria que pudesse extinguir os abusos por decreto, mas isto não adianta na prática. Decretos e avisos ministeriais são inúteis se não houver a fiscalização de seu cumprimento. Não é culpa sua se expoentes da Nova República não aprenderam com Camus de que o poder no século XX não é uma festa e continuam oferecendo banquetes diários.

Não é de sua responsabilidade que as portas dos restaurantes, colégios e supermercados continuem atulhadas de carros oficiais porque a sua função não é ser guarda de trânsito. Não lhe cabe ficar nos portões das companhias aéreas ou nas portarias de hotéis para verificar que os excessos continuam e, em muitos casos, os beneficiados são os mesmos.

Ele responderá por estes abusos se não for vigilante. O erro do Governo Sarney está em não revelar as falhas constatadas, expondo os culpados, de ontem e de hoje, para diminuir os de amanhã. A grande falha está em não divulgar amplamente as irregularidades descobertas e as medidas adotadas para punir os aproveitadores. As auditorias em andamento têm de ser reveladas, atinjam a conhecidos ou não.

Com o carimbo de "confidencial" o Presidente da República recebeu, conforme noticiou o **CORREIO BRAZILIENSE**, relatório sobre os programas especiais que não saíram do papel, não passaram das solenidades. Este documento mostra a lamentável contradição em que se debate o Governo, apesar das boas intenções do Presidente.

Há um erro grave em considerar reservada a relação, pois é do interesse público saber os que não estão cumprindo com seu dever. Não pode o Governo proteger os que não estão correspondendo porque, se o fizer, estará prejudicando a si mesmo e à Nação. Deve é exigir que prestem contas pelo fracasso e afastar os incompetentes, sejam quais forem os seus protetores.

A preocupação com a execução dos programas é inovadora, pois a prática tem revelado um grande desinteresse após as solenidades e lançamento da pedra fundamental. Ao cobrar a efetivação das promessas, o Presidente deixa claro que não pretende somente assinar os papéis que lhe são apresentados nos despachos com os ministros. Quer realmente presidir. Com seu comportamento está alertando os que pensam ter direito a uma parcela do Governo como despojo da vitória. Está, também, restaurando a moralidade pública e dando mais responsabilidade aos que deveriam auxiliá-lo.

JOÃO EMILIO FALCÃO

CORREIO BRAZILIENSE
23 OUT 1985